



ENCONTRO REGIONAL
**SUPERANDO
CRIMES AMBIENTAIS
NA AMAZÔNIA**

Release



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



INTERPOL



**Asociación Ibero Americana
de Ministerios Públicos**

24/03/2023

GRUPO DE TRABALHO SOBRE CRIMES AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA É LANÇADO EM EVENTO REGIONAL INÉDITO PROMOVIDO PELO INSTITUTO IGARAPÉ COM APOIO DA INTERPOL E ASSOCIAÇÃO IBERO AMERICANA DE MINISTÉRIOS PÚBLICOS - AIAMP

“Encontro Regional Superando Crimes Ambientais na Amazônia” reuniu em Manaus autoridades de proteção e fiscalização ambientais e da inteligência financeira, ministérios públicos e policiais ambientais da Colômbia, Peru e Brasil para identificar desafios e oportunidades para o fortalecimento de mecanismos existentes para a cooperação regional no combate desses ilícitos.

O avanço dos crimes ambientais de caráter transnacional na Amazônia é latente e exige uma ação regional coordenada. Para isso, é fundamental construir uma compreensão compartilhada sobre o problema, além de identificar oportunidades para o seu enfrentamento. Por isso, a constituição de um Grupo de Trabalho especializado na Amazônia dentro da Rede Jaguar - mecanismo de cooperação entre polícias ambientais da América Latina e da Europa promovido pelo El Paccto - e sua articulação com o Grupo de Proteção Ambiental da AIAMP - da qual fazem parte procuradores especializados em questões ambientais da região Amazônica - é um passo importante para o enfrentamento da criminalidade organizada que atua na Bacia Amazônica.

Esse foi um dos resultados do Encontro Regional: Superação dos Crimes Ambientais na Amazônia, realizado nos últimos dias 22 e 23 de março, na cidade de Manaus. Além disso, o encontro possibilitou a troca de experiência e criação de vínculos da confiança entre os diferentes atores, ingrediente fundamental para um planejamento eficaz.

Organizado pelo Instituto Igarapé, com apoio da INTERPOL e da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos, o evento foi um marco para a conexão, encontro e diálogo regional das instituições envolvidas na proteção da Amazônia, principalmente aquelas ligadas às ações de controle, inteligência e investigação. “Apenas com a cooperação entre órgãos ambientais, ministérios públicos e polícias tanto nacional como regionalmente, seremos capazes de superar os crimes que hoje ameaçam a Amazônia”, afirmou Melina Risso, diretora de pesquisa do Instituto Igarapé, ressaltando a importância da construção do Grupo de Trabalho como esforço de cooperação regional na proteção da floresta.

A necessidade da Cooperação Amazônica para o enfrentamento de problemas ligados à segurança na região também foi destacada por René Oliveira, coordenador de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente



**ENCONTRO REGIONAL
SUPERANDO CRIMES AMBIENTAIS
NA AMAZÔNIA**



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

e Mudanças Climáticas do Brasil e reforçada por Carlos Egberto, coordenador de Inteligência do IBAMA: “Operações bem-sucedidas são aquelas em que há cooperação entre agências e instituições.”

NOVAS DINÂMICAS DO CRIME AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

O panorama do ecossistema de crimes ambientais na Amazônia com foco nas dinâmicas transfronteiriças e transnacionais foi um tema relevante discutido no encontro. Melina Risso reforçou as diferentes conexões entre mercado ilícitos que se relacionam, num emaranhado de difícil investigação. Para ela, fica evidente a importância de uma visão multidimensional para lidar com os fenômenos criminais na Amazônia.

René Oliveira ressaltou a necessidade de compreender melhor a dinâmica do desmatamento. Segundo ele, atualmente 98% do desmatamento na Amazônia é ilegal. O tamanho dos polígonos é uma das evidências que demonstram que esse desmatamento é uma ação de grandes organizações criminosas, já que são necessários grandes investimentos para sua efetivação. Oliveira destacou ainda que o estabelecimento de fazções na região Norte exige novas estratégias de enfrentamento. A representante do Ministério do Meio Ambiente da Colômbia, a Diretora de Florestas, Adriana Rivera, destacou a importância de se adotar uma perspectiva regional para enfrentar os crimes ambientais na Amazônia, colocando comunidades tradicionais e povos indígenas no centro das prioridades.

Luz Angela, da UNODC-Colômbia, abordou as dinâmicas presentes no desmatamento promovido pelo crime organizado na Colômbia: a grilagem de terra, mineração, pecuária, infraestrutura informal e transportes, incluindo pistas ilegais e a expansão de fronteira agrícola e cultivos ilícitos.

Outra dimensão tratada foi a conexão, mesmo que indireta, entre crimes ambientais e o mercado de drogas, principalmente a cocaína e a maconha. Para além do amplo crescimento do mercado de coca com recentes recordes de produção, também foram apresentados dados que reforçam a relação da coca não só com o desmatamento, mas também com a lavagem de dinheiro e outros crimes ambientais, como aqueles relacionados à madeira e mineração ilegal.

Robert Muggah, chefe de Inovação do Igarapé, reforçou: “Nós temos um elefante na sala, precisamos falar sobre a relação dos crimes ambientais com a presença do mercado de drogas ilícitas na região da bacia amazônica.”

LAVAGEM DE DINHEIRO - O LUBRIFICANTE DA ENGRENAGEM

O diálogo entre os chefes das Unidades de Inteligência Financeira do Brasil, Colômbia e Peru foi fundamental para entender os desafios que os sistemas de combate à lavagem de dinheiro têm para enfrentar a dinâmica dos crimes ambientais que financiam a destruição das florestas.



A representante do Grupo de Ação Financeira para América Latina (GAFILAT), Alejandra Pérez, afirmou a importância da cooperação internacional por meio do Grupo Egmont e da Rede de Recuperação de Ativos. A abordagem regional com enfoque nas zonas de maior risco como a Amazônia são muito importantes, o que faz com que, segundo ela, assistência e avaliações mútuas sejam necessárias. Os debates também destacaram a relevância da avaliação de risco de cada um dos países membros considerando os crimes ambientais para casos de lavagem de ativos.

A priorização nos sistemas anti lavagem de dinheiro nos casos de crime ambiental foi destacado por Luis Eduardo Llinás Chica, Diretor Geral da UAIF - Colômbia, incluindo a questão da fragmentação e dispersão das informações entre as diversas entidades que fazem parte do sistema de controle ambiental. Llinás também apontou a necessidade de criação de um sistema único capaz de centralizar as informações ambientais para que seja possível uma melhor articulação institucional.

João Carlos Coelho, Coordenador Geral de Operações Especiais, COAF – Brasil, também reforçou a dificuldade das instituições trocarem informações, gerando uma barreira nos processos de operações investigativas. Coelho também ressaltou a importância de se estudar os casos de lavagem de dinheiro e suas formas de operação: fundo de investimento, ouro, criptoativo, capitalização na compra de bens e transações eletrônicas. “É preciso descapitalizar o crime. Precisamos pegar o crime ambiental pela lavagem de dinheiro”, afirmou. “A parte financeira é o mais importante. Precisamos seguir a rota do dinheiro.”

O Intendente de Análise de Inteligência Operacional, da Unidade de Inteligência Financeira do Peru, Daniel Linares lembrou da oportunidade dos acordos multilaterais e bilaterais entre países. Ele ressaltou que nem todos os países cooperam, o que agrava ainda mais os desafios operacionais da execução das investigações. De acordo com Linares, a troca de informação entre instituições, a corrupção e a rastreabilidade do bem ambiental são alguns dos maiores desafios do sistema de lavagem de dinheiro em relação ao crime ambiental.

TROCA DE EXPERIÊNCIAS

O segundo dia do evento foi dedicado à troca de experiência entre as polícias e ministérios públicos dos três países presentes no evento - Brasil, Peru e Colômbia. Um dos painéis fez uma avaliação estratégica sobre os crimes ambientais na Amazônia com foco na estrutura de ações, casos emblemáticos e desafios para cooperação regional. Compuseram a mesa o tenente coronel Oscar Mojica, chefe de Investigação Criminal da Diretoria de Carabineiros e Proteção Ambiental, DICAR da Polícia Nacional da Colômbia; o general Enrique Felipe Monrroy, diretor da Polícia Ambiental do Peru; e o delegado Marcelo Vieira, diretor interino da Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal do Brasil.



O grupo discutiu a situação dos crimes ambientais em cada um de seus países, bem como as dinâmicas transfronteiriças que requerem uma ação conjunta. Além da importância de olhar especificamente para o crime organizado ambiental, reconheceu-se que esses crimes são patrocinados por grupos econômicos-financeiros, ficando clara a importância da atuação com foco na descapitalização desses grupos. Também foi compartilhada a pretensão de abertura de um centro de inteligência na Amazônia com comandos bipartite e tripartite de fronteiras para atuação.

Álvaro Sastoque Rodríguez, da Diretoria Especializada em Crimes Ambientais da Procuradoria Geral da República da Colômbia; Karina Vargas, coordenadora da Procuradoria Especializada em Matéria Ambiental do Ministério Público do Peru; e Juliano Baiocchi Villa Verde de Carvalho, coordenador da 4ª Câmara do Ministério Público Federal, abordaram atuação regional para o combate de crimes ambientais na Amazônia no Brasil, Colômbia e Peru, com foco na estrutura de ação e estratégias de Investigação.

EXEMPLOS DE COOPERAÇÃO

Diferentes mecanismos de cooperação já existem na região. Aydaluz Segrera, representante da presidência da AIAMP (Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos), apresentou produtos e acordos para agilizar a cooperação judicial. Um deles foi o protocolo de investigação financeira em casos de mineração ilegal de 2019, que visava a ampliação para abarcar outros crimes ambientais e não apenas mineração.

O coronel Felipe Cruz, secretário-executivo da Rede Jaguar, destacou que a rede pode funcionar como um mecanismo de cooperação. Atualmente, ela está presente em 11 países da América Latina e cinco países da Europa, promovendo operações conjuntas e acelerando investigações. A rede já atuou em mais de 60 operações.

Ramiro Anzit Guerrero, representante da secretaria geral da INTERPOL - organização internacional da qual fazem parte polícias de mais de 195 países - destacou a existência hoje de 19 bases de dados policiais compartilhadas que contribuem para a cooperação. Também da INTERPOL, o delegado Frederico Skora, ressaltou que o Brasil está entre os 10 países que mais contribui com o compartilhamento de informações pelo canal da organização.

O encontro de Manaus foi o primeiro de três que acontecerão até o primeiro trimestre de 2024.

